



**CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA  
DE ENERGIA, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO  
Ata da 22ª reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2019**

1 Em 21 de fevereiro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), na  
3 sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente suplente Elias Nascimento de Aquino, representante da  
6 SEMAD. Representantes do poder público: Carlos Augusto Antunes Malta, da  
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e  
8 Ensino Superior (Sedectes); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da  
9 Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Petra  
10 Rafaela de Oliveira Silva Mello, da Secretaria de Estado de Transporte e Obras  
11 Públicas (Setop); Gabriela Lopes Marques, da Secretaria de Estado de Saúde  
12 (SES); Magid Figueiredo Ali, da Companhia de Habitação do Estado de Minas  
13 Gerais (Cohab-Minas). Representantes da sociedade civil: Adriano Nascimento  
14 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Bruno  
15 Baeta Ligório, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de  
16 Minas Gerais (Sicepot-MG); Renato Ferreira Machado Michel, do Sindicato da  
17 Indústrias da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG);  
18 Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Samir Abud Mauad,  
19 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG); José  
20 do Carmo Dias, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG).  
21 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente  
23 Elias Nascimento de Aquino declarou aberta a 22ª reunião da Câmara de  
24 Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e  
25 Urbanização. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
26 **GERAIS.** Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “A SEMAD, através de  
27 técnicos qualificados, fez no ano passado um trabalho espetacular, que é a  
28 chamada IDE Sisema, uma plataforma de infraestrutura de dados espaciais feita  
29 pelo Sisema. Eu queria comunicar a todos e a todas – até porque nós temos  
30 interesse na questão – que nós, na Ponto Terra, fizemos uma parceria com o  
31 advogado Junior Magela, que conhece muito de direito ambiental, e  
32 disponibilizamos um curso on-line para as pessoas que tiverem interesse em  
33 conhecer, acessar e saber trabalhar com a IDE Sisema. Elogios à parte, eu  
34 quero comunicar que na Ponto Terra nós estamos trabalhando com essa  
35 questão e dando curso on-line para quem quiser. E é muito barato, menos de  
36 R\$ 100.” **4) EXAME DA ATA DA 21ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a

37 ata da 21ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Transporte,  
38 Saneamento e Urbanização, realizada em 24 de janeiro de 2019. Votos  
39 favoráveis: Codemig, Cohab, Abes, Crea, Ponto Terra, SES, Setop, Sinduscon e  
40 CMI. Abstenção: Sicepot. Ausências: Secir e Sedectes. **5) INFORMAÇÕES**  
41 **SOBRE O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA CÓRREGO DO FEIJÃO.**  
42 **Apresentação: SEMAD.** Daniel dos Santos Gonçalves/SEMAD fez  
43 apresentação sobre 'licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais e o  
44 desastre da Vale em Brumadinho/MG'. O conteúdo da exposição foi  
45 disponibilizado no site do Sisema. **Manifestações.** Conselheiro Ronaldo  
46 Vasconcellos Novais: "Eu queria – sem entrar no mérito da questão, porque tem  
47 tanta coisa para se falar – dizer que, entre o Estado e a União, a União tem  
48 muito mais erros. Inclusive, essa Agência Nacional de Mineração começou a ser  
49 discutida ainda no século passado. Eu tive audiência com o então ministro de  
50 Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, que tinha sido secretário da Fazenda da  
51 Bahia. Então o secretário da Fazenda da Bahia, que cuidava do dinheiro da  
52 Bahia, foi cuidar do Ministério de Minas e Energia, mostrando, inclusive, a  
53 coerência da formação técnica do ministro. Ele foi secretário da Fazenda e  
54 passou a ser ministro de Minas e Energia. E na conversa que eu tive lá – eu era  
55 deputado federal na época –, eu já saí de lá e falei 'essa agência não sai'. Pelo  
56 papo que eu tive com o ministro – eu já tinha experiência parlamentar –, eu falei  
57 'essa agência não sai'. E saiu quantos anos depois? Quantos anos depois que a  
58 Agência Nacional de Mineração foi criada? Eu não vou falar do DNPM, com  
59 seus erros e perfeições e outros termos também colocados lá. Eu comecei a  
60 última reunião exatamente elogiando a equipe técnica qualificada, tanto da  
61 SEMAD quanto da FEAM, nesse sentido. Então eu queria parabenizar o Daniel,  
62 que eu não conhecia, parabenizar a vocês pela iniciativa de mostrar para nós  
63 essas informações todas que foram colocadas aqui de maneira transparente.  
64 Então eu queria elogiar a equipe técnica mais uma vez, elogiar a determinação  
65 que vocês tiverem e a palestra em si, do Daniel. Mas como é um assunto  
66 público, presidente, eu queria pedir ou para mandar para cada um dos  
67 conselheiros por e-mail ou disponibilizar no site. Se mandarem para o meu e-  
68 mail, eu vou ficar mais satisfeito, mas se disponibilizarem no site eu acho muito  
69 importante, porque eu vi tanta mentira, tanta inverdade, tanta injustiça, tanto  
70 oportunismo. Nós ficamos até assustados e preocupados vendo em que país e  
71 em que Estado nós estamos vivendo, com tanta injustiça, tanta mentira, tanta  
72 falsidade, tanto oportunismo e qualquer coisa nesse sentido. Mas eu queria  
73 pedir a você, presidente, que ou enviassem para os nossos e-mails ou  
74 disponibilizassem no site para de vez em quando darmos uma pesquisada lá,  
75 principalmente para mim, que sou um tanto ignorante no assunto. Obrigado e  
76 parabéns." Presidente Elias Nascimento de Aquino: "Nós agradecemos o  
77 reconhecimento, a SEMAD realmente está se esforçando para prestar esses  
78 esclarecimentos à sociedade, e é muito importante que começemos aqui pelo  
79 Conselho, onde são aprovadas as licenças ambientais e de onde emanam as

80 principais normas relacionadas ao licenciamento. E solicitamos à assessoria do  
81 Colegiado para avaliar a possibilidade de compartilhar por e-mail com os  
82 conselheiros.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/Assessoria dos Órgãos  
83 Colegiados/SEMAD: “Essa apresentação está tendo feita em todas as Unidades  
84 Colegiadas do COPAM e, após a realização da reunião, fica disponibilizada no  
85 site para acesso de todos.” Conselheiro José do Carmo Dias: “Realmente,  
86 questão de barragem hoje é uma pedra no sapato de um Estado minerador,  
87 como Minas Gerais. Esse tipo de barragem que foi aprovado no passado e que  
88 hoje já não se aprova mais, que é a barragem a montante, além dos problemas  
89 construtivos, é uma barragem que realmente não oferece segurança, uma vez  
90 que o próprio material utilizado, que é o rejeito para fazer o alteamento, é um  
91 material que é industrializado. Não é uma areia, é uma areia formada por um  
92 processo industrial, e depois de flotado se faz a separação do fino e do material  
93 grosso. O material grosso vai para fazer o maciço, e o fino entra no barramento  
94 para fazer o lago e a lama de rejeito. Isso é um processo que, primeiro, não  
95 deveria existir. No Chile, já está abolido há muitos anos. Que também é um país  
96 minerador. E no Brasil se admitiu-se isso até hoje. E barragem não cai. Se feita  
97 com engenharia e com controle, não cai. Nós sabemos disso. Só que existe um  
98 relaxamento em função desses empreendimentos ao nível de não se monitorar.  
99 Porque se tiver monitoramento se corrigem as falhas. E lá tinha um  
100 monitoramento falho, na minha opinião. Os piezômetros estavam ainda sendo  
101 instalados. Tentaram tirar a altura de água que estava subindo no maciço  
102 através de drenagem sub-horizontal e com injeção de água, porque ainda  
103 injetaram mais água no maciço. Então, se formos olhar tecnicamente, existem  
104 muitas falhas nesse processo dessa queda da barragem de Brumadinho. Como  
105 também houve muita falha no processo da barragem de Mariana. Barragem só  
106 cai por falta de monitoramento. Infelizmente, o DNPM, um órgão que tem três  
107 fiscais por Estado, para fiscalizar 715 barragens, e isso é a causa. A causa é a  
108 falta de perna do Estado para fazer o que ele tinha que fazer, que era fiscalizar.  
109 E exigir do empreendedor, no caso Vale, Samarco, CSN, que é um outro risco  
110 iminente, que é a barragem da CSN em Congonhas, que não só acaba com  
111 Congonhas, mas com vários outros municípios abaixo. É uma barragem  
112 construída pelo mesmo método, o método de montante. Então nós temos que  
113 ficar muito atentos e cobrar essa fiscalização e, principalmente, o  
114 monitoramento. Porque, como o monitoramento, existe a forma de se corrigirem  
115 problemas. Eu sei que o Estado simplesmente licenciou a operação, inclusive,  
116 como uma forma de gerar emprego e renda para o país. E eu discordo de que  
117 nós deveríamos continuar vendendo commodity. Nós tínhamos que vender era  
118 chapa de aço, para que tenhamos um valor agregado maior. Mas, uma vez que  
119 aceitamos fazer que esse número chegue à China e volte em aço para nós, em  
120 produtos – e outros países que comprem essa commodity –, o jeito é ter uma  
121 produção em que a fiscalização e o monitoramento estejam presentes para  
122 evitar esses problemas. Porque as comunidades estavam lá muito antes de

123 começar essa barragem, os proprietários de terrenos estavam lá muito antes de  
124 começar essa barragem. Então, uma vez que o dam break determinava uma  
125 faixa de risco, deveria ter se olhado antes e tirado esse pessoal dessa área de  
126 risco do dam break. É lamentável o que aconteceu. Eu fico ainda muito triste  
127 pelo que vem acontecendo, com esses alarmes que estão sendo feitos em Nova  
128 Lima, em Itatiaiuçu, retirando o pessoal. Eu acho que isso é uma forma muito  
129 correta de livrar novamente uma catástrofe matando pessoas, matando animais.  
130 Mas, ao mesmo tempo, isso tem que ser olhado com muita atenção, porque em  
131 2014 nós tivemos Herculano, em 2015 nós tivemos Mariana, em 2019, agora  
132 em janeiro, um dia após a nossa reunião aqui, tivemos Brumadinho. E vemos  
133 que tem um mapa onde esse tipo de barragem começou a ser construída, então  
134 está mostrando que tem um tempo de duração essas barragens. E a maioria  
135 delas, se não estiver no processo de monitoramento constante, diário, onde se  
136 verifica nos piezômetros que está se elevando o nível de água no maciço, então  
137 o risco de desabamento nessas demais barragens torna-se muito grande,  
138 principalmente as descomissionadas, uma vez que esse descomissionamento  
139 relaxa, não está lançando mais rejeito na barragem. Então esse monitoramento  
140 passa a ser mais a longo prazo e deveria ser diário. Então só chamar atenção  
141 disso. Eu fiz várias barragens na minha vida técnica, em Itabira, principalmente,  
142 para a Vale do Rio Doce. Todas elas foram no método a jusante, e até hoje,  
143 graças a Deus, nenhuma caiu. Então só chamar atenção da sociedade e dos  
144 colegas com relação a esse método, que deve ser, como no Chile, realmente  
145 aposentado.” Presidente Elias Nascimento de Aquino: “Nós agradecemos,  
146 conselheiro, essas informações que o senhor presta aqui. E como o Daniel bem  
147 ressaltou o propósito da Lei 21.972/2016 é exatamente promover o  
148 desenvolvimento de tecnologias alternativas. Eu acredito que os conselhos de  
149 classe, principalmente de engenharia, tenham condições de oferecer subsídios  
150 para que essa evolução tecnológica aconteça.” Conselheiro José do Carmo  
151 Dias: “No Conselho, realmente, nós participamos, após o acidente de Mariana,  
152 de uma grande reformulação da Lei 12.334/2010. Várias propostas. Inclusive,  
153 participamos junto ao Senado Federal com propostas para reformulação dessa  
154 lei, para torná-la mais segura e principalmente a questão de se fiscalizar.  
155 Porque a lei é maravilhosa, é muito avançada, superior, inclusive, à de outros  
156 países avançados. Mas nada se pode ficar simplesmente no papel. Tem que se  
157 fazer um planejamento e, além do planejamento, esse monitoramento para que  
158 as coisas não aconteçam. Porque não adianta nada falar que tem processo de  
159 sirene, de avisos e de outras coisas mais, de Defesa Civil, de encaminhar todos  
160 esses processos para a Defesa Civil do Estado, do município, sendo que isso  
161 fica só no papel, e a ação não é complementada. Nós precisamos muito de  
162 ação e de contratar pessoas para compor esses órgãos que possam fazer a  
163 fiscalização, porque não vão ser três fiscais que vão resolver o problema de  
164 barragem no Estado ou no país.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Na  
165 primeira reunião deste ano, eu acompanhei o conselheiro Ronaldo em uma

166 manifestação de congratulações ao governo pela manutenção do secretário, do  
167 trabalho que vinha se desenvolvendo, das boas escolhas que ele vinha fazendo  
168 para os cargos da Secretaria. E hoje, depois de todo esse desastre, dessa  
169 tragédia, eu não poderia mudar o meu pensamento e a forma de trabalhar.  
170 Antes pelo contrário, eu acho que nosso Estado tem muita sorte de ter à frente  
171 da Secretaria uma pessoa com a vivência que o nosso secretário tem, que já  
172 tinha experimentado os graves problemas de conflitos entre autoridades no  
173 processo do desastre de Mariana, e que tem a tranquilidade e a serenidade de  
174 encarar tudo o que se apresenta, as colocações mais descabidas, a pressão  
175 popular desinformada, esse monte de mentiras e de construções que somos  
176 obrigados a assistir por aí, esse oportunismo que se coloca toda vez que temos  
177 uma situação tão triste, tão trágica, com essa comoção, tantas famílias  
178 envolvidas, de todas as classes sociais. Então eu acho muito positivo que  
179 tenhamos o nosso secretário e o corpo técnico da Secretaria atuando nisso,  
180 desta vez com muita diferença do que aconteceu em Mariana. A integração de  
181 ações com todos os entes, com os órgãos de controle, a meu ver, foi  
182 instantânea, foi imediata, assim que aconteceu o acidente. Isso é fundamental  
183 para se terem as respostas rápidas que nós estamos tendo. Outra coisa é o  
184 seguinte. Até conversando aqui com o Renato, eu acho que esse material, essa  
185 apresentação de slides, tão clara, tão elucidativa e até bastante acessível, seria  
186 o suficiente para que se torne cartilha ou pelo menos material de divulgação da  
187 Secretaria. Tem muita informação aí que não é de senso comum. Deveriam  
188 divulgar logo, isso é uma peça defensiva importante, porque o que está aí não é  
189 conhecido pela população em geral. Então está muito bem colocado. Uma outra  
190 questão – aí mais especificamente quanto às barragens –, eu digo isso com a  
191 tranquilidade de quem representa um setor que não tem nada a ver com a  
192 mineração. Às vezes, de vez em quando, temos alguns atritos, porque quem  
193 cria problema com a mineração são as populações que estão no entorno. E  
194 agora, com esse acidente, nós vamos ter um problema sério de mercado. Mas  
195 relação direta não tem nenhuma. Nós temos que perceber que licenciamento  
196 ambiental são papeis, e papel não segura nem derruba barragem. O que vai  
197 segurar ou derrubar barragem é boa técnica. E boa técnica não é um negócio  
198 que você consegue forçar a mão de alguém a fazer. Eu vou fazer um paralelo  
199 com outra tragédia, de mais de 20 anos. Quando caíram o Palácio I e o Palace  
200 II, descobriu-se depois que a construção era feita com areia de praia. Quem vai  
201 conseguir enxergar uma construção feita com areia de praia? Pode dar uma  
202 sorte, pescar o caminhão no dia em que ele está buscando areia de praia. Mas,  
203 sem a sorte, é uma construção. E o que estamos vendo dessas barragens, dos  
204 acidentes que tivemos – Rio Verde, Mariana, Brumadinho –, são todas  
205 barragens antigas, da década de 70, barragens que não foram construídas por  
206 quem as estava operando na época em que caíram. E a meu ver isso tem muito  
207 a ver com a insegurança que nós temos hoje. Boa parte da memória desses  
208 barramentos se perdeu. Quem enxerga a ruptura, quem vê o vídeo vê que ela

209 começa nas camadas mais inferiores, que não são apenas as que têm maior  
210 pressão e também são as de que hoje se tem menos controle sobre os  
211 processos. Então eu acho que é acertada essa linha, dado que se produziu  
212 essa grande dúvida sobre essa tecnologia de esvaziar e efetivamente  
213 desmontar todas as barragens por alteamento de montante no nosso Estado.  
214 Eu não sei se é exatamente por vencimento do prazo de validade, mas eu  
215 penso que, objetivamente, parece que está vencendo. E não interessa correr o  
216 risco de ter outras rupturas como essa. Talvez nós vamos precisar revisar as  
217 normas de padrões de segurança. As evacuações que estão acontecendo estão  
218 sendo feitas com muita grita, muito espanto, produzindo consequências  
219 secundárias meio dramáticas que talvez não fossem necessárias. Mas aí eu  
220 acho que é parte da acomodação de um processo que está sendo feito no  
221 susto, no tapa. Nós não estamos tendo tempo de organizar isso o suficiente. E  
222 por último eu acho que fica uma reflexão sobre a obstrução dos licenciamentos.  
223 O que acontece? O licenciamento não derruba e não segura a barragem, mas  
224 promove inércia se ele não é concedido. Nós tivemos um processo, por três  
225 anos, que pretendia o esvaziamento dessa barragem, tramitando com bastante  
226 briga, obstrução, brigas pelos motivos mais variados que conhecemos. Tem  
227 gente que briga só porque é da Vale, porque não gosta da Vale, tem gente que  
228 briga porque é vizinho e queria que não tivesse nada ali. São três anos, e o  
229 prazo legal são 180 dias. A reclamação é de que foi muito rápido, eu acho que  
230 foi muito lento. Se não tivesse obstrução, e esse processo tivesse sido deferido  
231 um ano depois que foi protocolado, um ano e meio, se o material já estivesse  
232 sendo retirado dali, talvez quando viessem essas chuvas fortes que nós tivemos  
233 de setembro a novembro a barragem já não fosse uma bomba-relógio armada  
234 sem o conhecimento das pessoas. Então eu acho que, dentre outras questões,  
235 o que esse acidente, esse desastre nos leva a refletir é que nós temos de  
236 aprofundar esse processo de construção e acelerar esse processo de  
237 construção de um sistema de meio ambiente sério, pautado na técnica, na boa  
238 tecnologia e menos voltado para questões secundárias, focado no que  
239 interessa, com foco na análise. São algumas reflexões. É o que eu acho que  
240 tem que ser feito. E é muito importante divulgar ao público esse material porque  
241 é claro esse texto.” Presidente Elias Nascimento de Aquino: “Nós agradecemos  
242 as considerações e reflexões propostas, e, considerando que foram  
243 mencionadas as ações da Secretaria, hoje nós temos aqui assessorando  
244 juridicamente a presidência o assessor do Gabinete da SEMAD, e eu vou  
245 solicitar a ele que faça algumas considerações.” Vitor Reis Salum  
246 Tavares/SEMAD: “Nós agradecemos a manifestação e gostaríamos de explicitar  
247 algumas ações que a SEMAD tem feito em relação ao desastre que ocorreu na  
248 B1, deixando claras as atuações que a Secretaria de Meio Ambiente vem  
249 adotando quanto a isso. Logicamente que a Secretaria de Meio Ambiente não  
250 tem essa disposição de imprensa como outros órgãos especializados têm, mas  
251 nós temos uma assessoria de comunicação independente vinculada ao

252 Gabinete, que, de forma exaustiva, vem trabalhando junto com a imprensa e  
253 nos veículos oficiais de informação tentando esclarecer a sociedade em geral  
254 sobre as competências e as atribuições de cada um dos atores que existem  
255 dentro desse desastre. Então nós tentamos especificar isso de maneira bem  
256 clara no nosso site do Meio Ambiente e em atuação junto com a imprensa em  
257 geral quanto a isso. Toda essa apresentação que foi realizada pelo Daniel aqui  
258 é fruto de um compilado de diversas outras informações e ações que a  
259 Secretaria de Meio Ambiente vem fazendo. Então se qualquer um dos  
260 conselheiros hoje entrar no site da Secretaria de Meio Ambiente, vocês vão  
261 verificar hoje que acabamos de publicar a 19ª nota de esclarecimento sobre  
262 toda essa situação. Muitas vezes isso não tem um âmbito de disseminação  
263 como um jornal de grande escala, que talvez mostre uma informação que às  
264 vezes não é tão verídica quanto realmente se vê nas atribuições legais e  
265 responsabilidades de cada ator nessa situação. Mas eu acredito que todas  
266 essas notas oficiais que vêm sendo publicadas e trabalhadas de maneira árdua,  
267 tanto pelo Gabinete como pela Assessoria de Comunicação e como por todas  
268 as unidades administrativas da Secretaria de Meio Ambiente e outros órgãos  
269 vinculados, como FEAM, IEF e IGAM, que vêm trabalhando de forma insistente  
270 para tentar minorar os impactos do desastre, essas informações têm um relevo  
271 muito grande e têm um apego muito grande à realidade e a técnica do que  
272 aconteceu. E informar a população mineira de uma maneira bem fidedigna do  
273 que vivenciamos, para se evitar todas as situações. Então eu gostaria de deixar  
274 o registro desse meio de comunicação, dessa situação que podemos buscar  
275 como fonte de informação, tanto por todos os conselheiros como por qualquer  
276 cidadão que queira se informar, sempre baseado na transparência para que o  
277 processo seja o mais democrático possível para todas as pessoas.” Conselheiro  
278 Bruno Baeta Ligório: “Primeiro parabenizar o Adriano por toda a exposição feita  
279 e as reflexões que ele nos propôs a fazer. Eu queria completar com uma  
280 reflexão que tem me preocupado e não sei como essa situação será  
281 administrada. Realmente, parece-me que a engenharia está em xeque com  
282 relação a essas barragens a montante. Ninguém sabe exatamente o que  
283 aconteceu. Se não me engano, nós temos aproximadamente 50 barragens a  
284 montante no Estado, todas elas têm laudo de estabilidade com validade de 12  
285 meses, e esses laudos estão vencendo. Do acidente para cá, completou hoje a  
286 terceira evacuação. Hoje a BR-356, sentido Ouro Preto, foi fechada em função  
287 da barragem de Vargem Grande. Se considerarmos que esses laudos têm  
288 validade de 12 meses e que temos 50 barragens nessa situação, teremos em  
289 média uma evacuação por semana ao longo deste ano. Como lidar com essa  
290 situação? A evacuação não é uma questão fácil, quem deixa para trás sua casa,  
291 quem sai deixando para trás toda uma vida. Então fica essa reflexão de como  
292 administrar essa situação até que o descomissionamento, até que a situação  
293 das barragens seja efetivamente controlada. Porque eu não imagino que neste  
294 momento os laudos serão revalidados, acho muito pouco provável que esses

295 lados sejam revalidados em função da situação que estamos encontrando.  
296 Então hoje completou a terceira evacuação, e fica a reflexão sobre como lidar  
297 com essa situação daqui para frente.” Presidente Elias Nascimento de Aquino:  
298 “Conselheiro Bruno, nós agradecemos a proposta de reflexão.” **6) PROCESSO**  
299 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Delta**  
300 **Administração e Participação Ltda. Loteamento Fazenda do Óleo.**  
301 **Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares.**  
302 **Uberlândia/MG. PA 10329/2015/001/2017. Classe 4 (conforme Lei nº**  
303 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Triângulo**  
304 **Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos termos do  
305 Parecer Único, com inclusão da seguinte condicionante: “Apresentar anuência  
306 pelo órgão competente para implantação dos acessos do loteamento da rodovia  
307 BR 457. Prazo: na formalização da Licença de Instalação”. Votos favoráveis:  
308 SES, Sedectes, Setop, Sicepot, Sinduscon, CMI, Codemig, Cohab, Abes, Crea  
309 e Ponto Terra. Ausência: Secir. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**  
310 **EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM**  
311 **LICENÇA DE OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 7.1) Alfenas Ambiental**  
312 **Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. Aterro Sanitário Pedro**  
313 **Lúcio Leone Andrade. Aterro para resíduos não perigosos. Classe II-A e II-**  
314 **B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil.**  
315 **Alfenas/MG. PA 00451/1995/008/2018. Classe 4 (conforme Lei nº**  
316 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**  
317 **Minas.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
318 favoráveis: SES, Sedectes, Setop, Sicepot, CMI, Codemig, Cohab, Abes, Crea e  
319 Ponto Terra. Ausências: Secir e Sinduscon. **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
320 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Areão**  
321 **Energia S/A. Central Geradora Hidrelétrica (CGH). São Francisco do**  
322 **Glória/MG. PA 14339/2011/002/2018. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016,**  
323 **artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Zona da Mata.** Licença  
324 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com supressão do  
325 seguinte parágrafo da conclusão: “Oportuno advertir ao empreendedor que a  
326 análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final  
327 deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e  
328 ampliação sem a devida e prévia comunicação à Supram Sul de Minas tornam o  
329 empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na  
330 legislação vigente.” Votos favoráveis: SES, Sedectes, Setop, Sicepot,  
331 Sinduscon, CMI, Codemig, Cohab, Abes, Crea e Ponto Terra. Ausência: Secir.  
332 **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o  
333 presidente Elias Nascimento de Aquino agradeceu a presença de todos e  
334 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

335

336



337

338

339

340

341

342

343

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Elias Nascimento de Aquino**  
**Presidente suplente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de**  
**Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização**